

Livro nº. 8
Folha 151



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 27 de novembro de 2020**

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 27 de novembro de 2020**

---- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório Professor Doutor Emídio Ribeiro, na vila do Gerês, realizou-se a última sessão ordinária do ano de dois mil e vinte da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----**
- 2. Análise e votação da emissão de declaração de interesse público municipal de projeto de edificação de parque de campismo e caravanismo no lugar da Assureira, da freguesia de Vilar da Veiga;-----**
- 3. Análise e aprovação final do Regulamento Municipal de Concessão de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários e Socorristas dos Núcleos da Cruz Vermelha de Terras de Bouro; -----**
- 4. Análise e votação da proposta de não aceitação da transferência de competências do Estado nos domínios da Ação Social, Saúde e Educação no ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 5. Análise e votação da retificação ao Mapa de Controlo Orçamental da Receita da Prestação de Contas de dois mil e dezanove;-----**
- 6. Análise e conhecimento do Relatório Semestral (primeiro semestre de dois mil e vinte) da Sociedade de Revisores de Contas do Município;-----**
- 7. Análise e votação da quarta revisão aos documentos previsionais de dois mil e vinte;--**
- 8. Análise e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 9. Análise e votação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 10. Análise e votação da Derrama para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 11. Análise e votação dos Documentos Previsionais de dois mil e vinte e um;-----**
- 12. Voto de Louvor – Empresa das Águas do Fastio.-----**

---- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupas o lugar de segundo secretário.-----

---- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente

do Executivo Municipal, Manuel Tibo e a vereadora Doutora Ana Genoveva. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves e também se registou a ausência justificada do senhor deputado Guilherme José Coelho Alves, substituído este nos termos da Lei pelo senhor deputado António Lages. O senhor António Pires de Oliveira comunicou também a sua ausência, sendo substituído pela senhora deputada Maria Manuela Esteves. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende fez-se representar pelo senhor Secretário da Junta de Freguesia, justificando desta forma a sua ausência.-----

---- Comprovada a existência de "quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

---- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Assim sendo, colocou-se à consideração a ata da sessão ordinária de vinte e cinco de setembro e, sem intervenções, foi de imediato colocada à votação a ata da sessão anterior e aprovada por unanimidade.-----

---- Passou-se, então, ao período de antes da ordem do dia. Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: o senhor deputado municipal, Manuel Sousa, o senhor deputado municipal, Filipe Mota Pires e a senhora deputada municipal, Eduarda Pereira.-----

---- Assumiu então a palavra o senhor deputado Manuel Sousa nos moldes segundo a transcrição que se segue, na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

-Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

Público presente,-----

Na sequência da visita do Senhor Presidente da República e do Ministro do Ambiente, no passado dia 11 de outubro, para comemoração dos 50 anos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, sabemos que foi assinado um protocolo entre o ICNF, Fundo Ambiental, ADERE Peneda-Gerês e também com os Municípios que integram o Parque Nacional. Gostaríamos de saber se haverá alguma diferença no modelo de gestão do PNPG, ou seja, pretendemos saber como irá funcionar na prática este protocolo com diversas entidades públicas. Qual o papel que os municípios terão nessa gestão? Qual o poder que lhes será atribuído em relação à criação de regulamentos, em relação a tomada de decisões, em relação às orientações gerais e estratégicas e até mesmo em relação à organização e funcionamento da estrutura do Parque Nacional? Seria importante que os municípios tivessem realmente um poder de decisão, em função da percentagem inserida no Parque Nacional e não apenas como meros consultores

das ordens determinadas pelo ICNF, com as quais, muitas vezes, há divergências. O Parque Nacional da Peneda-Gerês é o único classificado como tal no nosso país e isso implica uma responsabilidade na manutenção desta jóia de renome internacional. Por esta razão, o poder central deve ter uma atenção especial com esta área protegida, não a deixando ao "abandono" como tem acontecido ao longo dos anos, sobretudo a partir do momento em que a gestão passou a ser centralizada e decidida em gabinetes e sem qualquer conhecimento da realidade. O desconhecimento da nossa realidade, traduz-se em decisões desadequadas para o ambiente, sem projetos e visão a longo prazo e com penalizações para as populações residentes na sua área, fazendo com que o Parque Nacional esteja de "costas voltadas" para as populações. Nestes 50 anos, seria importante trazer à prática a essência da classificação que foi atribuída às nossas serras.-----

----- Fim da intervenção e transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- De seguida, deu início à sua intervenção o senhor Deputado Filipe Mota Pires que, depois dos cumprimentos dirigidos a todos os presentes, referiu que ia aludir principalmente a dois assuntos. Começou então por mencionar as obras na Avenida 20 de junho, na vila do Gerês e de como esta situação se torna surrealista, com prazos de conclusão da obra claramente ultrapassados, causando sofrimento e inconvenientes à população. No mesmo local não há iluminação pública há mais de dez meses, os materiais espalham-se pelo meio da via, mas afinal, há ou não um prazo para a conclusão desta obra, questionou o senhor deputado. Ainda sobre a mesma, o senhor deputado Filipe Mota Pires disse também que face ao estado da intervenção, o município devia ser indemnizado e não pagar a obra. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor deputado Filipe Mota Pires falou seguidamente sobre a obra particular à entrada da vila do Gerês, situação que se arrasta sem definição e agora surgiu até uma intervenção já na zona da Rua Miguel Torga, perto do local da obra, como parecendo com a mesma querer resolver o problema. O senhor deputado sugeriu que o senhor Engenheiro Jerónimo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo (DPU) do município, possa vir a esta assembleia esclarecer o assunto que, realmente, não se percebe. Como se fez o licenciamento desta obra, questionou, uma vez mais, o senhor deputado, será que vamos ter esclarecimentos no dia de hoje, não se percebe, realmente, esta situação. Todos sabemos que existem muitos condicionalismos à construção no nosso concelho, mas esta obra, ou parte dela é em cima ou na via pública, como é possível, estando agora também parada há já quase dois meses. Para além disso, não será demais referir que tudo isto não beneficia em nada a vila, pelo contrário, sublinhou e concluiu, igualmente, o senhor deputado Filipe Mota Pires.-----

----- A senhora deputada municipal Eduarda Pereira deu logo de seguida início à sua intervenção conforme transcrição que se segue na íntegra:-----

-- Boa Noite,-----

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes.-----

----- Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro irei abordar os seguintes assuntos, colocando também algumas questões ao Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro:-----1.OBRA AO FUNDO DA AVENIDA 20 DE JUNHO NA VILA DO GERÊS-----

----- Este assunto já foi referido numa intervenção anterior nesta Assembleia, no entanto, vou abordar igualmente, porque temos outra perspetiva, em relação ao que já foi aqui falado, que gostaríamos de ver esclarecida. Na última sessão desta Assembleia, solicitei ao Sr. Presidente do Município que nos informasse, sobre uma queixa apresentada ao Município de Terras de Bouro pelo Sr. João Filipe Ribeiro Vieira que solicitava a declaração de nulidade do ato final de licenciamento desta obra devido à caducidade do primitivo projeto de arquitetura aprovado em 2014, pois teriam terminado os prazos (que seriam de 6 meses+6 meses após o despacho do Presidente da Câmara Municipal de 13/06/2014) que os promotores tinham para apresentar os restantes documentos do projeto, nomeadamente os projetos de especialidades. A análise do departamento jurídico da Câmara terá sido de concordância com o queixoso e, a tal se verificar, esta obra estaria irregular e como já existe, só poderia ser regularizada através de um processo de legalização. À data, o Sr. Presidente informou-nos que iria pedir um outro parecer jurídico sobre o assunto e hoje questiono qual o ponto de situação, relembrando mais uma vez que tal como referi na sessão anterior desta assembleia, a inalterabilidade da obra, que se continua a constatar, faz transparecer para a opinião pública uma inação dos serviços municipais e gera desconfiança na população, tornando-se urgente a sua resolução.-----

2.PRÓXIMO PROGRAMA QUADRO 2021-2027-----

O próximo ano será desafiante: a crise, a resolução ou não da pandemia e a expectativa da recuperação económica ainda em 2021. Apesar deste ano termos andado muito absorvidos com o COVID 19, o próximo ano é, do ponto de vista estratégico, fundamental para Portugal e certamente também o será para Terras de Bouro, com o início do novo programa quadro 2021-2027 e também pelo Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026. De certeza que as palavras de ordem em 2021 serão estratégia e recuperação económica. Aliás, no dia 29 de Outubro, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Portugal 2030, que é não só um documento de planeamento de políticas públicas em ordem ao desenvolvimento económico e social para a próxima década, mas também fornece os princípios orientadores e a estrutura operacional da programação dos fundos comunitários, introduzindo também uma nova visão de investimento como resposta aos desafios decorrentes da pandemia. Tendo em conta as 7 rubricas da estrutura orçamental: mercado único, inovação digital, coesão e valores, com sub-rubrica para coesão económica, social e territorial, recursos naturais e ambiente, migração e gestão das fronteiras, segurança e defesa, vizinhança e mundo e administração pública europeia, como está o Município de Terras de Bouro a preparar a estratégia para o

próximo programa quadro?-----

3.LIVRO "DA ATLÂNTIDA À EUROPA" DE PEDRO BRÁCARO-----

--- Por último gostaria de falar de um tema diferente a esta Assembleia, gostaria de falar-lhes de um livro que vai ser lançado oficialmente no próximo 5 de Dezembro, da autoria de um terrabourense. O livro chama-se "Da Atlântida à Europa", o autor é o Pedro Filipe, natural de Moimenta, atualmente a residir na Alemanha, licenciado em História pela Universidade do Minho e que assina este livro com o nome de Pedro Brácaro. É um romance e uma fantasia histórica que junta também ingredientes como a mitologia, a filosofia e a teologia e nos transporta para o tempo dos povos Celtas, dos Suevos, dos Búrios e que por isso tem também referências a Terras de Bouro e às raízes da nossa cultura. O livro está à venda on-line, no site da editora Chiado Books e também na Fnac, Bertrand e Wook. É uma sugestão que deixo a quem está aqui hoje presente, para adquirir para si próprio ou para oferecer no Natal, será certamente uma ótima prenda, que poderão comprar em segurança e com isso apoiar a cultura e um autor terrabourense. Neste ponto gostaria também de saudar e dar os parabéns ao Executivo Municipal por ter decidido apoiar este livro, com a divulgação do mesmo através dos canais que tem à disposição e também através da aquisição de alguns exemplares, e em especial à Dra. Ana Genoveva Araújo, responsável pelo pelouro da Cultura, que logo que teve conhecimento deste livro prontamente acompanhou e apoiou este projeto. -----

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes e demonstrar o seu gosto em estar, mais uma vez, na vila do Gerês, iniciou o seu primeiro período de respostas às intervenções já decorridas. Ao senhor deputado Manuel Sousa e sobre o protocolo de gestão do parque nacional, o Senhor Presidente esclareceu que o documento foi estabelecido entre os municípios abrangidos, os baldios o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e o próprio Ministério do Ambiente, isto para que tudo no parque funcione melhor e de maneira diferente no futuro. O objectivo deste protocolo sublinhou o Senhor Presidente, passa também pela necessidade das pessoas serem valorizadas na sua vida quotidiana neste território e de resolverem também as suas questões sem conflitos, sendo a Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês (ADERE) um elemento ativo nesta colaboração. Mais contextualizou o Senhor Presidente que o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) teve, no seu início, muito investimento que se foi desvanecendo e em dois mil e dezasseis, sensivelmente, registou-se uma melhoria neste aspeto. O investimento voltou a aumentar e o Governo passou para os quadros as equipas de sapedores florestais, fruto da disponibilidade financeira, entretanto criada. A criação e renovação da Reserva da Biosfera foi também uma mais-valia, sublinhou o Senhor Presidente. Já relativamente à intervenção do senhor Deputado Filipe Pires e sobre as obras na Avenida 20 de junho na vila do Gerês, a empresa responsável foi contactada para

cumprir os prazos, tendo já sido instalados os postes, que a EDP vai certificar, prevendo-se que até ao final do ano a obra esteja concluída. Relativamente à obra da entrada da vila do Gerês e consequentes esclarecimentos, o Senhor Presidente começou por informar sobre o estado de incapacidade temporária do senhor Engenheiro Jerónimo Correia, Chefe da DPU do município e o estado de confinamento em que se encontra o Doutor Adelino Cunha, vice-presidente do município e responsável por esta área. Relembrando o processo da adjudicação da obra, o Senhor Presidente procedeu também à leitura das informações técnicas constantes do roteiro interno do município, sublinhando que a intervenção que vem da Rua Miguel Torga e que conflui para aquele local não é para alargar ou compor as imediações da referida obra. Neste momento existe uma prorrogação do processo para estabilização da obra e retirada do pilar, sendo que, se não for cumprida esta directiva, a câmara municipal fá-lo-á. Não adianta tentar transformar um processo de obras num caso político, porque não vão conseguir, sublinhou o Senhor Presidente, explicando também o processo de caducidade da obra em termos jurídicos e respectivos pareceres, tendo sido ainda obtido um juízo final de uma jurista especialista na área que define o aspeto final da obra em termos de pisos.-----

----- Sobre este tema, o senhor deputado Filipe Pires solicitou novamente a palavra para dizer que está nesta assembleia para zelar que todos os terrabourenses tenham as mesmas oportunidades num quadro de legalidade.-----

--- Retomando o uso da palavra, mas agora à intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado é constituída por seis concelhos, todos diferentes, como é lógico e onde é apresentado regularmente um plano estratégico para toda a zona abrangida. Neste plano e relativamente a Terras de Bouro, constam a ligação à autoestrada A3, a circular de São Bento da Porta Aberta, o investimento em água e saneamento e ainda a criação de um parque industrial, além de uma rede de transportes comum aos seis concelhos. O acesso a fundos estruturais e à denominada "bazuca financeira europeia" está, neste momento, condicionada pela Polónia e pela Hungria, como todos sabem e também temos que considerar a nova filosofia do novo Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN). Mais informou o Senhor Presidente que Terras de Bouro tem as suas candidaturas formalizadas para água e saneamento, precisando de doze milhões de euros para resolver os problemas que existem nestas áreas. Há também um investimento previsto de setecentos e cinquenta mil euros por parte do Ministério do Ambiente e um memorandum de dois milhões de euros na CIM do Cávado para aplicar em Terras de Bouro, verba que não foi utilizada nesta fase, mas sê-lo-á no futuro, assegurou. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente realçou os investimentos na rede de água pública e frisou a necessidade de se fazer ainda muito mais no saneamento. As propostas na CIM do Cávado, continuou, devem ser no sentido de se gastar o dinheiro no que se precisa realmente, dinheiro que, por vezes não é utilizado em candidaturas específicas. Terminou, nesta fase, o Senhor Presidente comunicando para breve a concretização da cobertura a cem por cento de todo o

concelho, pela rede de fibra ótica, intervenção da responsabilidade da Domingos da Silva Teixeira (DST).-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto, Nuno Roupar, segundo intervenção que se transcreve de seguida na íntegra:-----

Boa noite, celebramos este dia, porque esta é a data que nos conferiu a todos nós o direito de podermos manifestar livremente os nossos pensamentos:-----

Esta é a verdadeira data da democracia portuguesa, que conta 45 anos, facto conquistado pelos verdadeiros portugueses, os que pensaram numa democracia "sem pele de cordeiro", os que nos libertaram de um regime controlador, perseguidor, autoritário, ditador, comunista, como alguns que existem pelo mundo (refiro-me ao período entre 26 de abril de 1974 e 24 de novembro de 1975). -----

A partir de 25 de Novembro de 1975, a democracia portuguesa deixou de comportar radicalistas, os riscos nas paredes com insultos foram desaparecendo, as perseguições e ameaças a quem pensava de forma diferente foram terminando, os saques anarquistas e as nacionalizações que retiraram tudo a quem empregou muitos portugueses começaram a ser repostos.-----

Não estou aqui para contar a história deste dia, já nasci em democracia, mas, sem este dia não estaríamos aqui! Disso tenho a certeza!-----

Nunca foi tão importante lembrar 25 de Novembro de 1975 como hoje e aquilo que nos concedeu, digo isto por começar a ver e a sentir situações daquilo que referi e que foi expurgado. Pelo que observo e oiço do que este governo do partido socialista com a colaboração da extrema-esquerda tem feito em vários organismos, alterando dirigentes competentes por gente toda ela da "politiquite caseira", acabando com a independência institucional e também pela forma como tem gerido esta pandemia em que uns, "os tais" dizem "eu posso e mando" e tudo podem fazer, "temos um governo refém"? E nós somos obrigados a respeitar!-----

25 de Novembro sempre!-----

Souto, 25 de novembro de 2020-----

Nuno Roupar-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto, Nuno Roupar.-----

----- O senhor Deputado Ricardo Gonçalves foi o interveniente seguinte. Depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, o senhor deputado começou por abordar a intervenção do senhor Nuno Roupar por concordar com a mesma, sendo o senhor Deputado Ricardo Gonçalves um apoiante do "25 de novembro", um evento que, sublinhou, foi da maior importância para a implementação definitiva da democracia em Portugal, isto apesar de também considerar exagerada a comparação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia

de Souto faz ao Governo actual, pois agora está estabelecida uma aliança conjuntural e não a aliança que existiu há 45 anos. O senhor deputado referiu também que se podia falar de uma "chegalização" do Partido Social Democrata (PSD) e do Centro Democrático Social (CDS), mas as situações não são comparáveis. Continuando a sua intervenção, aludiu seguidamente à pandemia e ao esforço que a câmara municipal tem feito, além do que o Governo tem feito, nomeadamente, junto dos bancos e da segurança social. A pandemia a todos afeta de forma grave, sendo que, em Terras de Bouro afeta muito o Turismo e a Cultura, fatores extremamente importantes para o concelho, sublinhou o senhor deputado. Igualmente sobre a pandemia, o senhor deputado questionou se a câmara municipal já tem previsto um plano de vacinação, plano que deve ser concertado com a CIM do Cávado, pois há notícias preocupantes sobre este assunto, nomeadamente, a possibilidade das pessoas com mais de setenta e cinco anos, não terem, inicialmente acesso à vacina, o que para Terras de Bouro traz problemas acrescidos, dado o envelhecimento da população, sublinhando também o senhor deputado o papel fundamental que o município terá que ter neste aspeto. Mais informou que a União Europeia já comprou vários tipos de vacina em doses maciças, sendo impressionante a população mundial abrangida pelos números que estão em cima da mesa, é um desafio de saúde pública à escala mundial, alertou o senhor deputado Ricardo Gonçalves. A história da Humanidade já nos deu outros trágicos exemplos como a gripe espanhola e agora o que surge é como sair desta crise económica que é mundial, afirmando também o senhor deputado a importância dos fundos comunitários e das verbas a fundo perdido para a retoma da economia nacional. Terminou a sua intervenção, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o Natal em Terras de Bouro.-----

----- O Senhor Presidente retomou a palavra e começando por responder à senhora deputada Eduarda Pereira afirmou que o apoio do Município de Terras de Bouro à obra literária "Atlântida" é uma realidade que irá ser concretizada a vários níveis, nomeadamente, promoção, divulgação e aquisição de exemplares. Já sobre a intervenção do senhor deputado Ricardo Gonçalves, o Senhor Presidente afirmou que se tratam de medidas anunciadas pelo Governo, pois são da sua responsabilidade e capacidade de decisão, sendo que, esta crise irá ser paga de qualquer maneira com impostos e cortes financeiros, sublinhou o Presidente da Câmara Municipal. No que diz respeito ao Turismo, o último verão foi dos melhores, sendo que, a época baixa, que já costuma ser complicada, este ano será ainda pior, alertou o Senhor Presidente, para quem o Governo terá de ir mais além nas ajudas ao sector, aliás, ainda no dia de hoje anunciaram medidas de apoio ao Turismo. Já sobre o plano de vacinação, a ministra da saúde tem demonstrado coragem, é certo, mas faltam vacinas para a gripe, sublinhando o Senhor Presidente que a câmara municipal estará sempre ao lado da população. Prova disso mesmo é a entrega de material de prevenção e proteção às instituições sociais e a criação do gabinete do idoso. Sobre o Natal em Terras de Bouro, esperemos que seja com saúde para todos e à distância possível, dadas as circunstâncias, pois Terras de Bouro está com um aumento exponencial de casos Covid e na próxima semana poderá até mudar a sua classificação de

risco, alertou e concluiu, nesta fase, o Senhor Presidente.-----

Seguidamente assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que depois dos cumprimentos iniciais, afirmou que a Mesa da Assembleia Municipal abusou da situação ao permitir que o senhor Nuno Roupar fizesse a sua intervenção nos moldes que fez. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto teria que apresentar uma moção à Mesa para ser ouvida, discutida e aprovada ou não e não da forma como o fez. Na verdade, continuou o senhor deputado Alexandre Pereira, o Nuno Roupar não tem idade para saber o que foi o "25 de novembro", nem para saber o que a Legião Francesa fez em Portugal com o CDS, o Cónego Melo e os seus corrécios. Na época cometiam-se crimes e depois ia-se para Legião Francesa com a cobertura do Cónego Melo e do CDS, concluiu o senhor deputado Alexandre Pereira.-----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ainda a palavra neste período para informar que, relativamente ao assunto dos terrenos no PNPG, tema apresentado pelo senhor deputado Alexandre Pereira na última reunião desta assembleia, foi realizada uma reunião na câmara municipal para resolver esta situação com um pedido de esclarecimento ao PNPG.-----
Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. -----

---- Dos presentes, solicitou a palavra o senhor Álvaro Pontes de Oliveira, da vila do Gerês.-----

---- Assim sendo e depois de cumprimentar todos os presentes, o senhor Álvaro Oliveira começou por dizer que também já foi deputado da assembleia municipal e agora é deputado da assembleia de freguesia, cargo que ocupa há já oito anos. É a primeira vez que vem assistir a estas sessões atuais, apesar de acompanhar a situação do concelho, nomeadamente, pelas redes sociais, onde, referiu, nunca se coibirá de dar as suas opiniões e fazer as suas críticas, se esse for o caso, por uma questão de cumprir e fazer respeitar o seu direito de cidadania, sublinhou também. Mais afirmou o senhor Álvaro Oliveira que está determinado a fazer o que tem vindo a fazer, pois nunca ganhou nada na política, nem critica nenhuma obra da câmara municipal, pelo contrário, sublinhou novamente, dizendo também que faz comentários a pormenores das obras. Nestas intervenções da câmara municipal, o que incomoda são os atrasos das próprias obras e os incómodos que isso causa às pessoas. Aqui no Gerês, é disso prova a intervenção na Avenida 20 de junho e o chamado "prédio da vergonha" à entrada da vila, dando uma "má imagem" que se dispensa. Continuando a sua intervenção, o senhor Álvaro Oliveira questionou também o Senhor Presidente sobre a utilidade das plataformas metálicas sobre o Rio Gerês, referindo as ideias do anterior presidente da câmara e se há intenção de construir um açude ou passadiço neste local. Terminou a sua intervenção questionando o Senhor Presidente sobre uma promessa sua no que diz respeito a resolver o problema do "Campo do Bilinho", terreno à entrada da vila do Gerês e se há diligências para resolver este problema.-----

----- Sobre a intervenção do senhor Álvaro Oliveira, o senhor Presidente da Câmara Municipal

interveio de seguida para responder à mesma. Começou por cumprimentar e agradecer as palavras do senhor Álvaro Oliveira e explicou novamente o processo das obras na Avenida 20 de junho como sendo da responsabilidade do empreiteiro o atraso nas mesmas. Relativamente às plataformas no Rio Gerês, o Senhor Presidente explicou o processo da Raia Termal para a vila do Gerês, nomeadamente, nos serviços municipais onde e relativamente ao mandato autárquico anterior, não existia na câmara municipal qualquer projeto elaborado, nem de arquitetura, nem de especialidades, não havia nada, sublinhou. Relativamente aos açudes, estes precisam da autorização da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Ainda para a vila do Gerês, o Senhor Presidente explicou o protocolo com o ICNF para que o município assumisse o Parque da Assureira e o Banco do Ramalho, onde se aplicará a verba destinada ao programa das ervas aromáticas. Comunicou também a realização de uma reunião com a APA, onde se concluiu que, por trezentos mil euros se poderá requalificar o rio até à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Assureira. Sobre esta temática, o Senhor Presidente informou também que a estação elevatória do Gerês custa oitenta mil euros, situação que vai ser resolvida em breve e o combate às lenhosas invasoras continua em marcha no mesmo local. Sobre o "Campo do Bilinho", o Senhor Presidente apresentou digitalmente um plano em estudo para o local, com passadiço e construção de uma estrutura habitacional adequada ao local com passagem pela mesma. Em função desta intenção e de outras semelhantes, nunca se poderá acusar este Executivo de nada fazer para tentar melhorar a vida das pessoas e, neste caso, com todas as condicionantes existentes, tentaremos resolver o problema o mais rápido possível, assim como o do prédio com a construção ilegal. Com este presidente da câmara, a legalidade será reposta com a respectiva demolição, afiançou e concluiu.-----

----- Sobre a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, pediu a palavra o senhor deputado Filipe Mota Pires para se referir ao Projeto da Raia Termal e de como este foi também abordado pelo Executivo anterior, isto apesar do Doutor Joaquim Cracel ter decidido suspender o investimento em dois mil e dezasseis, sabendo que já não ia ser reeleito em dois mil e dezassete, apesar de neste último ano ter transferido para a junta de freguesia de Moimenta, onde o actual presidente do município era autarca, cerca de cento e cinquenta mil euros, frisou o senhor deputado. Ainda relativamente ao Projeto da Raia Termal a verdade é que no mandato anterior também se realizou muito trabalho, decorrente de muitas reuniões que aconteceram sobre este mesmo plano, afirmando também o senhor Deputado Filipe Mota Pires que foi decidido suspender o investimento para não prejudicar certas candidaturas e é preciso que o povo saiba disto, sublinhou também. Já no que diz respeito ao "Campo do Bilinho", o senhor deputado explicou também o processo em causa, nomeadamente, a questão dos proprietários, sendo que, em dois mil e catorze a câmara municipal tinha o negócio praticamente feito e aconteceu uma reviravolta inesperada entre os proprietários. O senhor deputado afirmou ainda nunca ter visto documentos de expropriação do terreno e a verdade é que chegamos a dois mil e vinte e nada foi feito, concluiu o senhor deputado Filipe Mota Pires.-
Posteriormente e sobre esta última intervenção, assumiu novamente a palavra o senhor

Presidente da Câmara Municipal que relativamente às palavras do senhor deputado Filipe Mota Pires sobre as transferências para a junta de freguesia de Moimenta, lhe fará chegar as listagens de movimentos que o senhor deputado pretender e irá informá-lo sobre o valor referido e para que foi utilizado. O Senhor Presidente sublinhou também que "anda na política por amor à terra" e sempre foi um parceiro leal e sério do município. Sobre o assunto "Campo do Bilinho", existiu já negociação e valores de terrenos para decidir, voltando a referir-se à "Raia Termal" e de como quando chegou à câmara municipal ali não existia qualquer projeto de especialidades ou de arquitectura sobre o mesmo projeto. Aliás, frisou, foi política do Partido Socialista (PS) na câmara municipal desistir de projectos, como foi o caso do projeto NATURPARK, no valor de quatro milhões ou do Parque da Vila em Moimenta, no valor de um milhão e duzentos mil euros, concluiu, neste período, o Senhor Presidente.-----

---- Logo após deu-se início à discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----**
- 2. Análise e votação da emissão de declaração de interesse público municipal de projeto de edificação de parque de campismo e caravanismo no lugar da Assureira, da freguesia de Vilar da Veiga;-----**
- 3. Análise e aprovação final do Regulamento Municipal de Concessão de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários e Socorristas aos Núcleos da Cruz Vermelha de Terras de Bouro;-----**
- 4. Análise e votação da proposta de não-aceitação da transferência de competências do Estado nos domínios da Ação Social, Saúde e Educação no ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 5. Análise e votação da retificação ao Mapa de Controlo Orçamental da Receita da Prestação de Contas de dois mil e dezanove;-----**
- 6. Análise e conhecimento do Relatório Semestral (primeiro semestre de dois mil e vinte) da Sociedade de Revisores de Contas do Município;-----**
- 7. Análise e votação da quarta revisão aos documentos previsionais de dois mil e vinte;---**
- 8. Análise e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 9. Análise e votação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 10. Análise e votação da Derrama para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 11. Análise e votação dos Documentos Previsionais de dois mil e vinte e um;-----**
- 12. Voto de Louvor – Empresa das Águas do Fastio.-----**

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, para além da comunicação sobre o valor do saldo existente o ano anterior que era de, em operações orçamentais, cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três euros e vinte e oito cêntimos e até ao dia vinte e quatro de novembro, mas no que diz à despesa, o valor era de nove milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cento e sessenta e um euros e sete cêntimos, procedeu também à apresentação das atividades do Município realizadas após a última sessão deste órgão. Assim e no que diz respeito à Divisão de Planeamento e Urbanismo, o Senhor Presidente referiu a emissão de licenças de utilização e de construção, assim como de outros documentos da responsabilidade desta divisão. Sobre a Divisão de Obras Municipais comunicou a conclusão do projeto da Praia do Alqueirão em conformidade com os requisitos impostos pela APA, ICNF e CCDRN, obras em fase de projeto, pedidos de pareceres, obras em curso nos equipamentos municipais, nas vias de comunicação, nas águas e no saneamento. Mereceram, igualmente, referência do Senhor Presidente da Câmara Municipal as seguintes atividades e comunicações: a migração do sinal Televisão Digital Terrestre (TDT) em Terras de Bouro; a reunião com o Diretor Distrital da Segurança Social devido à pandemia da COVID19; o encerramento das oficinas de trabalhos de verão, no âmbito do projeto PNPGO; a subida de Terras de Bouro na tabela de segurança de consumo de água da rede pública; a reunião do Conselho Municipal de Educação; a restrita cerimónia para assinalar o Dia do Município; o adiamento da Feira de São Martinho para dois mil e vinte e um; a instalação de redes wireless de acesso gratuito em vários espaços públicos do concelho e o encerramento do projeto Gerês – Xurés Dinâmico, entre outros.-----

---- Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes. -----

----- Continuando a sessão e sobre o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a necessidade legal desta assembleia se pronunciar sobre a emissão de declaração de interesse público municipal do projeto de edificação do parque de campismo e caravanismo no lugar da Assureira, da freguesia de Vilar da Veiga, assim como da importância e mais-valia, no campo do Turismo, que este projeto significa para a freguesia e claro para o concelho de Terras de Bouro.-----

----- Sobre este ponto, solicitou a palavra o senhor Deputado Filipe Mota Pires para colocar duas questões. A primeira sobre a falta, no seu entender, de uma parecer da Reserva Agrícola Nacional (RAN) sobre o projeto nos documentos que foram enviados e a segunda questão foi no sentido de avaliar quais são os conhecimentos técnicos que esta assembleia tem para atestar a construção deste parque, aliás à semelhança de outros pedidos iguais que já aqui vieram e que mereceram a sua abstenção pelas dúvidas suscitadas. O senhor Deputado Filipe Mota Pires afirmou ainda sobre este assunto que já há seis parques de campismo em Terras

de Bouro e que todos os investimentos privados são bem-vindos, mas tem que ter cuidado, finalizou.-----

---- Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio logo depois para questionar também se este investimento é ou não de interesse municipal, na sua opinião, sim e é o privado que tem pedir o parecer à RAN, essa é que é a questão, sublinhou o Senhor Presidente.-----

---- Imediatamente a seguir, o segundo ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com quatro votos de abstenção dos deputados do Partido Socialista.-----

---- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou o uso da palavra para explicar os meandros do Regulamento Municipal de Concessão de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários e Socorristas dos Núcleos da Cruz Vermelha de Terras de Bouro.-----

---- Colocado seguidamente à votação, face à inexistência de intervenções, foi aprovado o terceiro ponto da ordem de trabalhos por unanimidade. -----

--- Sobre o quarto ponto da Ordem de Trabalhos e após a introdução do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a proposta de não-aceitação da transferência de competências do Estado nos domínios da Ação Social, Saúde e Educação no ano de dois mil e vinte e um, por não existir definida uma transferência de verbas para alocar a estas competências, sendo de aguardar por novos desenvolvimentos sobre este assunto.-----

---- Aberto o período de inscrições, solicitou a palavra o senhor Deputado Ricardo Gonçalves para dizer que relativamente à proposta do quarto ponto, está de acordo agora, mas ressaltou que no futuro vai ser obrigatório. Aliás, continuou, a cultura e a educação irão passar para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), assim como a saúde, informou o senhor deputado, que alertou também para a necessidade de reformular as reivindicações. Sobre este aspeto, o senhor Deputado Ricardo Gonçalves disse que o presidente da câmara precisa de apresentar nos órgãos próprios os números, pois a partir das próximas eleições autárquicas estas transferências de competências irão acontecer de qualquer forma e a descentralização é muito importante para a população. O futuro das autarquias passa muito pelas eleições de dois mil e vinte e um e as mudanças que se avizinham, finalizou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves.-----

---- Retomando a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal e ainda sobre este assunto reafirmou a posição ao dizer que tal como anteriormente não aceitamos, agora que temos ainda mais despesas com a saúde e a educação, voltamos a adiar para dois mil e vinte ou dois mil e vinte e dois, não esquecendo também o necessário reforço dos recursos humanos, concluiu o Senhor Presidente.-----

---- Logo após, colocou-se à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção de dois deputados do Partido Socialista.-----

---- Seguidamente foi apresentado o quinto ponto da ordem de trabalhos, "retificação ao Mapa de Controlo Orçamental da Receita da Prestação de Contas de dois mil e dezanove", tendo assumido a palavra o Doutor Paulo Antunes, Chefe da Unidade Administrativa de Gestão Financeira (UAGF) do município para explicar a necessidade desta retificação.-----

---- Depois da explicação e como não aconteceram intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o quinto ponto à votação, sendo este aprovado por unanimidade.-----

---- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o sexto ponto da ordem de trabalhos, "conhecimento do Relatório Semestral (primeiro semestre de dois mil e vinte) da Sociedade de Revisores de Contas do Município". Sobre o mesmo e como este foi enviado antecipadamente aos membros da assembleia municipal, não decorreram intervenções ou observações.-----

---- De seguida, entrou-se na discussão do sétimo ponto, "votação da quarta revisão aos documentos previsionais de dois mil e vinte", tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentado a revisão com os valores do empréstimo ao Banco Europeu de Investimento (BEI) e o visto do Tribunal de Contas relativo a verbas para apoio a projetos.-----

---- Sem intervenções, o sétimo ponto foi aprovado por maioria com quatro abstenções do Partido Socialista.-----

---- Imediatamente a seguir, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o oitavo ponto "votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e vinte e um", tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal referido o valor da proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para dois mil e vinte e um.-----

---- Também sem intervenções, foi aprovado por unanimidade. -----

---- De seguida, foi apresentado o nono ponto da ordem de trabalhos, "votação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de dois mil e vinte e um", lendo o Senhor Presidente a proposta referente ao mesmo.-----

---- Pediu a palavra o senhor deputado Manuel Sousa para justificar o seu sentido de voto, isto devido a ser funcionário de uma empresa relacionada com este ponto.-----

---- Colocado depois à votação foi o nono ponto aprovado por maioria com uma abstenção, no caso do senhor deputado Manuel Sousa, do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido".-----

---- Posteriormente foi apresentado o décimo ponto da ordem de trabalhos, "Derrama para o ano de dois mil e vinte e um", lendo o Senhor Presidente a proposta referente ao mesmo.-----

---- Abertas as inscrições, solicitou a palavra a senhora deputada Eduarda Pereira para afirmar que o Movimento Terras de Bouro O Nosso Partido irá votar contra a proposta do Executivo Municipal relativa à fixação da taxa da derrama no ano de dois mil e vinte e um em um vírgula quatro por cento. Sendo a derrama uma taxa que incidirá sobre o lucro tributável das empresas

gerado em território concelhio no ano de dois mil e vinte (decorrente do exercício do período fiscal anterior), consideramos que seria importante reduzir substancialmente ou até isentar as nossas empresas e empresários da taxa de derrama deste ano como forma de apoio à sua atividade e à manutenção dessa mesma atividade. O ano de dois mil e vinte prevê-se um ano de forte retração económica devido à crise provocada pela pandemia de Covid 19 e o ano de dois mil e vinte e um também se prevê um ano economicamente muito difícil e severo, por isso, consideramos que é de extrema importância apoiar o nosso tecido empresarial a enfrentar as dificuldades atuais e futuras. Inclusive, neste âmbito, algumas Câmaras Municipais têm já anunciado nos seus sites a isenção da derrama como forma de apoio às empresas, devido à crise decorrente da pandemia Covid 19 (exemplos Gaia e Maia). Consideramos que o Município de Terras de Bouro deveria, neste ano de exceção, ter sido mais solidário com as suas empresas e empresários. Terras de Bouro O Nosso Partido não concorda de todo com esta opção de política que visa a fixação da taxa de derrama para o ano de dois mil e vinte e um em um vírgula quatro por cento (quase a taxa máxima que é de um vírgula cinco por cento) e por isso votaremos contra, finalizou a senhora deputada Eduarda Pereira.-----

---- O décimo ponto foi logo a seguir colocado à votação e aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido" e quatro abstenções dos deputados do Partido Socialista.-----

---- Depois e após a introdução do décimo primeiro ponto pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, "Documentos Previsionais para dois mil e vinte e um", o senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a palavra para dizer o seguinte:-----

---- Nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro, nomeadamente da alínea a) do artigo vinte e cinco e da alínea c) do número um do artigo trinta e três, apresenta-se aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com o presente Relatório, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de dois mil e vinte e um, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo do presente mandato autárquico.-----

---- Pela primeira vez, nos termos do novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, o SNC-AP, submete-se a aprovação da Assembleia Municipal, além do Orçamento Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, documentos financeiros previsionais, a saber: o Balanço; a Demonstração de Resultados por Natureza e os Fluxos de Caixa. Este documento apresenta uma estratégia de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente e a qualidade de vida. As linhas de desenvolvimento para o Concelho de Terras de Bouro, que apresentamos, manifestam de forma inequívoca que o nosso compromisso e o

nosso empenhamento vão no sentido de captar e canalizar todos os recursos e sinergias disponíveis tendo como principal objetivo dotar o nosso território das condições imprescindíveis e necessárias a uma vida melhor para todos. Nesse sentido queremos manter o rumo traçado, trabalhando afincadamente para cumprir com os nossos compromissos e propiciar aos terrabourenses uma maior alegria e vontade de viver e cooperar no engrandecimento deste Município. O caminho percorrido durante os três anos em que estamos à frente dos destinos desta Câmara Municipal são bem demonstrativos desta nossa vontade e deste nosso entusiasmo. Infelizmente fomos surpreendidos e confrontados, este ano, com uma realidade, absolutamente adversa, em que o estado de pandemia ocasionado com a disseminação do Coronavírus - SARS-CoV-2 – COVID-19, alterou, subverteu e anulou algumas iniciativas com particular incidência nas áreas da animação, convívio e promoção do potencial endógeno. Mas, também, face a essa inusitada situação, a reação foi imediata, a cooperação interinstitucional perfeita e a ação concertada. Não debelando o problema, como todos o desejaríamos, foi possível minorar os efeitos, acautelar a propagação da doença e apoiar situações emergentes. O nosso Concelho tem, felizmente, apresentado desde o início da pandemia, uma baixa incidência de casos, o que, não nos deixando tranquilos, nos dá algum alento em relação ao futuro. Entretanto e respondendo àquelas que são as expectativas e justas aspirações dos munícipes, as Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento não de manter a abrangência necessária, o equilíbrio desejado e as respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população. Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana são para manter e se possível reforçar. Igualmente será dada continuação às obras em curso, aos projetos candidatados e às candidaturas já aprovadas. No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, prosseguiremos com os trabalhos de recuperação e beneficiação das redes existentes e tudo faremos para que, particularmente na área do saneamento se consigam materializar as respostas absolutamente necessárias ao nível da rede em baixa e em alta, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem. Cientes e convictos da importância da Educação, como pilar estruturante da sociedade, o Município de Terras de Bouro, continuará a investir na Educação, aumentando os apoios. O ano lectivo dois mil e dezanove e dois mil e vinte está a ser muito atípico e desafiante e o Município tem sido incansável na colaboração que está a dar à Direção do Agrupamento de Escolas (AE) de Terras de Bouro (TB). Os nossos alunos estão a conhecer e a adaptar-se a um modelo de ensino que nunca conheceram até então. Em Março foi-lhes retirada uma parte muito importante do processo de crescimento: a socialização, por isso, agora, não deve facilitar nos cuidados, de modo a evitar que essa realidade se repita. Os Senhores Professores, demais Técnicos Superiores da Educação e funcionários não docentes, enfrentam uma realidade adversa e diariamente fazem o seu melhor em prol do sucesso educativo dos alunos, o que está a permitir que estejamos a ter um ano letivo pleno de êxito em Terras de Bouro. O início deste novo ano letivo foi preparado pela Direção do AE de TB, em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as

orientações emanadas pelo Ministério da Educação e Direção-Geral da Saúde (DGS). O Município abasteceu, e continua a fornecer, ao AE de TB, de material de proteção individual (máscaras, álcool gel, tapetes desinfetantes e doseadores). Por outro lado, também foi reforçado o número de assistentes operacionais. No que concerne à elaboração do Plano de Transportes Municipal, a Câmara Municipal de Terras de Bouro reuniu com os motoristas da autarquia, no sentido precaver e planear as medidas excecionais definidas pela DGS no que diz respeito aos transportes escolares. Foram discutidas e avaliadas as medidas que cada motorista terá de assegurar com o início do ano letivo, bem como os cuidados a que cada viatura de transporte estará sujeita. Assim, está a ser acautelada a etiqueta respiratória, a higienização obrigatória das mãos, o cumprimento do intervalo e da distância de segurança entre passageiros, a utilização de máscara no transporte, a disponibilização de solução antisséptica à base de álcool à entrada e saída da viatura e a descontaminação da viatura após cada viagem. Ademais, o Município, juntamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que asseguram o transporte, o prolongamento e as refeições das crianças, envidaram todos os esforços no sentido deste novo escolar, desafiante, correr da melhor forma possível, de forma a sossegar as normais preocupações de todos os pais e encarregados de educação. Tudo foi feito de modo a conferir segurança e tranquilidade aos nossos alunos de forma a não prejudicar o sucesso escolar. Assim, para o próximo ano, o Município continuará a oferecer os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o Primeiro Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. Ademais, é intenção do Município reforçar o apoio no início do ano escolar. Prosseguiremos com os projetos de combate ao insucesso escolar, continuando, dentro das limitações, com atividades, e de promoção da língua portuguesa. Continuaremos com a valência do apoio ao estudo para todos os alunos do concelho. Investiremos em estimular cursos de formação profissional e de educação de adultos, nomeadamente através de parcerias com a Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV), a Associação de Desenvolvimento das Terras, Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). À semelhança do ano letivo transato, onde pela primeira vez se concedeu valor monetário aos alunos de mérito, continuaremos a conceder esse valor, no âmbito do Mecenato Educacional. Continuaremos a dar apoio monetário aos alunos que frequentem o ensino superior. A rede de transporte será sempre adaptada por forma a ir de encontro às necessidades dos alunos, continuando a cumprir as medidas de combate ao novo coronavírus. O regime de distribuição da fruta escolar ao Pré-escolar e Primeiro Ciclo será mantido, numa ótica de promoção de um estilo de vida saudável, que deve, desde tenra idade, ser inculcado nas crianças. Os Jardins de Infância (JI) de Moimenta, Chorense e Carvalheira, terão obras de requalificação e beneficiação. Serão adquiridas câmaras para instalação em sala de aula, para ensino à distância, assim como serão

adquiridas câmaras para videoconferência. Ademais, o Pré-escolar e o Primeiro Ciclo terão computadores novos, de modo a cumprir os objetivos da literacia digital. A abertura da piscina à comunidade escolar manter-se-á, assim como todos o apoio solicitado no que concerne ao transporte de alunos para as visitas de estudo, assim como no desenvolvimento de atividades ao longo do ano letivo. Todo o auxílio no que concerne a compra de materiais de âmbito pedagógico, continuará a ser assegurado pelo Município. A saúde, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo, são áreas de relevada importância às quais prestaremos a melhor atenção e manteremos a cooperação e o apoio financeiro imprescindível. Nesse sentido, é de realçar a criação de um Gabinete de Apoio ao Idoso que, no essencial, terá como finalidade propiciar aos munícipes com dificuldades de vária índole e, sobretudo, de mobilidade, terem a assistência, absolutamente necessária, no próprio domicílio. Este serviço, constituído por uma equipa multidisciplinar, de assistência médica, enfermagem, psicológica, entre outros, não pretenderá substituir mas completar os serviços e apoios existentes, quer ao nível do Serviço Nacional de Saúde, quer ao nível da Ação Social, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da Comissão Local de Desenvolvimento Social. Na área de Ação Social prosseguiremos com o apoio às famílias carenciadas através da melhoria das condições de habitabilidade. Estas ajudas foram recentemente regradadas pelo Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade - Habitação Condigna, sendo possível o fornecimento de projetos de arquitetura e especialidades e apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente. Manteremos o compromisso no apoio à execução dos vários projetos aprovados, na área de ação social, designadamente o CLDS 4Geira – Geração, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro, os projetos CHEGA MAIS e ENVOLVER, e o Cávado Mais Igual. Através da CIM do Cávado apresentamos uma candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) para a elaboração, implementação e avaliação dos Planos Municipais de Igualdade, “Pró-Igualdade no Cávado”. Para além do já referido, continuamos o importante serviço de proximidade à população através dos programas Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir, do apoio aos jovens nas candidaturas ao programa Porta 65-Jovem, da Loja Social, do Banco Local de Ajudas Técnicas, do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, do Projeto Pimpolho (Projeto de Prevenção da Ambliopia), do Incentivo à Natalidade, entre outros. Com a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), que está a decorrer, esperamos que seja possível proceder à desafetação de terrenos para criar zonas de construção, estando já a ser elaborado um projeto para Moimenta. Também prevemos a implantação de Parques Empresariais na Balança e Rio Caldo, sendo que, na Balança e atendendo às infraestruturas existentes, já está a ser desenvolvido um estudo para requalificação e ampliação desse parque. Realizar-se-á também uma Candidatura, através da CIM do Cávado, denominada SICS CÁVADO - Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado (NORTE-09-5762-FSE-000043), que permitirá definir o cadastro Predial, em todo o Concelho. No que diz respeito ao património

municipal queremos continuar a sua reabilitação e melhoramento utilizando os recursos financeiros do município, as receitas que vão sendo geradas e as candidaturas no âmbito da eficiência energética. Na verdade, este património, desde o Centro de Animação Turístico do Gerês, o Centro Náutico de Rio Caldo, a Casa dos Bernardos em Santa Isabel do Monte, o Museu de Vilarinho das Furnas, o Museu da Geira, o edifício da Fronteira com o museu dos Marcos Miliários, os postos de Turismo, o Centro Cultural, o Centro Interpretativo do Garrano, a Casa do Latim, o edifício da Piscina Municipal e o edifício dos Paços do Concelho, necessitam, para além da manutenção regular e absolutamente necessária, de intervenções pontuais e mais alargadas para fazer face a alguma degradação que, como é normal, vai aparecendo com o decorrer do tempo. Prosseguir com a recuperação da Casa dos Bernardos, dotando-a de melhores condições em termos de eficiência energética, equipamentos, instalações sanitárias, serviços de apoio e melhoria dos espaços exteriores. Rentabilizar a Marina e o Barco Rio Caldo, procedendo-se à sua deslocalização para o pontão a implantar na enseada entre pontes, criando desta forma uma nova centralidade e revertendo o local de ancoramento atual para novos pontos de amarração de embarcações de recreio, podendo atingir-se, assim, a lotação máxima de cento e sessenta lugares, que estão licenciados. O turismo, vetor essencial de toda a atividade concelhia, merece toda a nossa atenção, pelo que estaremos atentos e recetivos às propostas dos agentes de desenvolvimento local, ao interesse de novos investidores e à pertinência dos investimentos. Neste âmbito, será necessário recuperar as escolas primárias que foram encerradas e que ainda se encontram desaproveitadas para poderem ser reconvertidas em polos de acolhimento turísticos ou de apoio ao turismo. Numa gestão correta deste património, a sua alienação também poderá ser equacionada. Os trilhos, cascatas e miradouros, autênticos ex-libris de visitação em ambiente de natureza, de lazer e de paisagem deverão manter ou atingir as melhores condições de pisoteio, acessibilidade e segurança. Para isso já foi celebrado um protocolo com o Fundo Ambiental cuja materialização será operada a curto trecho. As comunicações também merecem uma especial atenção nos tempos que estamos a atravessar e na necessidade que há em estender ao território concelhio uma melhor e mais abrangente cobertura em termos de Fibra Ótica. Nesse sentido já foram iniciados contactos e tudo faremos para atingir este desiderato. Para alcançarmos estes objetivos, contamos com todos os Terrabourenses, todas as juntas de freguesia, todas as instituições, todas as empresas do concelho e todos aqueles que, como nós, desejam o melhor para Terras de Bouro. O orçamento para o ano de dois mil e vinte e um tem um aumento na ordem dos dois vírgula dezanove por cento. É um orçamento municipal que atinge o montante de quinze milhões cento e quarenta e seis mil trezentos e quarenta e cinco euros, e visa promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, assente numa estratégia de racionalização das despesas e na lógica da melhor consolidação orçamental, finalizando com agradecimentos aos funcionários e aos vereadores do município porque todos queremos mais

e melhor para Terras de Bouro.-----

---- Ainda sobre este ponto, o Doutor Paulo Antunes interveio de seguida para apresentar as devidas explicações técnicas sobre as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e um. ---

---- Aberto o período de inscrições sobre este assunto, começou por pedir a palavra a senhora deputada Isménia Loureiro segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

Boa noite.-----

Cumprimento o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Municípes presentes.-----

Os Documentos Previsionais de 2021 que hoje nos são apresentados refletem a dinâmica a que, nas diversas vertentes de uma gestão autárquica, atenta e empenhada, este executivo já nos habituou.-----

---Poderemos afirmar que, com este Plano e Orçamento, não estamos em presença de um documento de propaganda e com fins eleitoralistas, como alguns, sem autoridade moral nem provas dadas, fazem espalhar aos quatro ventos. Mas, antes pelo contrário, estamos em presença de um instrumento elaborado com uma visão de gestão abrangente, uma estratégia de continuidade para o desenvolvimento integral do território e um planeamento financeiro realista, quer em termos de recursos, quer na obtenção dos mesmos.-----

Temos a certeza e a fundada garantia, por aquilo que já vimos, que a promessa é compromisso e a palavra dada é palavra honrada. -----

Com este documento, fica plasmado que o desenvolvimento económico, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente e a qualidade de vida, terão os apoios necessários, as iniciativas que para isso concorram e as ações que, concludentemente, lhes não de dar objetividade.-----

São bem prova disso o volume de trabalhos e obras já realizadas durante os três anos de mandato e o que está programado para o futuro, servindo apenas de referência a requalificação das escolas do Gerês e Rio Caldo, o Parque Verde da Vila, as intervenções através da Raia Termal em que ressalta toda a melhoria no Parque do Banco do Ramalho, na Assureira, Vilar da Veiga, a beneficiação da estrada para Carvalheira, o lançamento do Concurso da Estrada Municipal para o lugar da Ermida e muitas outras realizações que são do conhecimento desta Assembleia e particularmente dos senhores presidentes de junta que bem podem comprovar as diversas e inúmeras intervenções em todas as freguesias.-----

-Neste sentido e com essa convicção a bancada do PSD congratula-se com o trabalho já realizado por este Executivo, e que é muito. Com o trabalho que tem programado, e que tem o nosso total apoio. E com a conduta que tem seguido, que tem o nosso aplauso.-----

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, o documento que nos é proposto e é posto à nossa

consideração é um documento coerente, realista e que perspectiva o progresso do nosso Concelho.-----

É um documento que continua a espelhar aquilo que foi proposto e prometido a todos os Terrabourenses.-----

Há ainda muito por realizar, todos o reconhecemos, mas este Executivo está apostado, temos a certeza, em atingir o mais elevado nível de concretizações e inclusive resolver as situações de precariedade que ainda existem dentro do Município. É isto que também pedimos.-----

----- Neste sentido temos conhecimento que tudo está a ser feito para criar condições de fixação da população, particularmente da mais jovem, sendo consabido que há um esforço no sentido de captar novos investidores e criar as condições para tal.-----

----- Reconhecendo tudo isso os Documentos Previsionais de 2021 merecem o nosso apoio, o nosso aval, a nossa aprovação.-----

Assim procederemos.-----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro. -----

----- Seguidamente, pediu a palavra o senhor deputado Manuel Sousa segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

O orçamento para 2021 é um orçamento adequado ao final de mandato, tendo em conta todas as obras que se pretendem realizar, algumas que já mencionadas em orçamentos anteriores. Porém, um orçamento de 15 milhões de Euros, bem acima do que normalmente é a execução orçamental dos últimos anos, fica em risco com as circunstâncias excecionais em que o país vive e viverá nos próximos meses. Qualquer orçamento que se apresente pode bem ficar desatualizado, se as condições do país e do município se alterarem. Como o Sr. Presidente referiu, há momentos, é um plano de intenções. Somos favoráveis às intervenções nos trilhos, miradouros, entre outras infraestruturas de apoio turísticas. Somos favoráveis a obras relacionadas com rede viária, que várias vezes foram abordadas nesta Assembleia. Concordamos com apoios sociais que têm de ser mantidos, tendo em conta as dificuldades das pessoas e o envelhecimento da população. Destacamos como positivo o que já foi feito em relação à manutenção de estruturas de abastecimento de água que se encontravam em condições miseráveis, embora consideramos que foi uma área em que a dotação orçamental destinada foi sempre inferior às reais necessidades de investimento ou até em comparação com outras obras não tão essenciais, como exemplo da Piscina Municipal exterior que não seria, no nosso entender, uma prioridade imediata, tendo em conta outras necessidades. Esperemos que, o que o Sr. Presidente referiu nesta Assembleia, hoje, antes da ordem do dia, se concretize em relação às possibilidades de investimento em grande escala no saneamento e na água, tendo em conta que são necessidades básicas. Temos reservas em relação às prioridades tomadas pelo executivo; como exemplo, se compararmos a dotação destinada à construção e requalificação da rede de saneamento, de 80 mil euros, com os 207 650 Euros

para requalificação e adaptação da sala polivalente municipal. Aquilo que, no nosso entender, deixa reservas quanto a este orçamento, é a capacidade de execução tendo em conta as verbas que estão aprovadas; assim como, a dotação orçamental destes investimentos tendo em conta a dimensão do que se pretende fazer. Podemos ficar com a sensação de que se vão iniciar muitos investimentos, que depois se tendem a arrastar no tempo para a sua concretização ou finalização como aconteceu com outras que têm sido mencionadas orçamento após orçamento. Foi referido ainda hoje, nesta Assembleia, e reafirmamos neste ponto, que o executivo municipal tem uma grande responsabilidade em relação ao futuro do nosso concelho, ainda que esteja no último ano do presente mandato. Faço referência à bazuca europeia, que apesar de estar ainda num impasse para a sua aprovação final, poderá fazer chegar ao país uma importante injeção de capital. Teremos uma oportunidade que não pode ser perdida até para deixarmos de ser um país e um concelho que não aproveita os fundos europeus que nos são destinados. Iremos manter o sentido de voto tomado em anos anteriores, pois não seremos uma força de bloqueio, nem discordamos de alguns projetos apresentados, que fizeram parte do nosso programa; discordamos mais nas prioridades. Mantemos as reservas em relação à execução da presente proposta de orçamento que está a ser apresentado a votação.-----

---- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa. -----

---- O senhor deputado Ricardo Gonçalves foi o interveniente seguinte e começou por dizer que a estratégia do presidente da câmara municipal é muito boa, já que e cita-se "ficou com a carne do anterior executivo e o PS com os ossos, pois nos últimos tempos do anterior mandato só se pagaram dívidas e agora é só investir, sendo que o que corre bem é da autoria do atual presidente e o que corre mal já vinha de trás" fim de citação. Continuou o senhor deputado dizendo que as propostas aqui apresentadas nos documentos previsionais são boas para a campanha eleitoral do próximo ano, perguntando também onde estão os quatrocentos postos de trabalho prometidos na anterior campanha, os empresários de que se tanto falou, o que não se conseguir fazer na zona industrial da Balança, o investimento privado que não apareceu e a construção civil que não se desenvolveu. Mais afirmou que o presidente da câmara só cria emprego no município e no entanto também não há aumento da população. Aliás, a câmara municipal tem um índice de funcionários três vezes superior ao da população, é até o índice mais alto da zona norte, sublinhou o senhor deputado. Anuncia-se muita procura por investidores, mas não se vê nenhum na realidade. Não há nada de inovador, nem que deixe marca, sendo que as obras que se fazem agora, essas sim já vinham de trás, terminando o senhor deputado com a afirmação já citada de que há muita propaganda do PSD com a carne que o PS deixou, a quem agora só restam os ossos, concluiu o senhor Deputado Ricardo Gonçalves.-----

---- Iniciou-se logo depois novo período de respostas por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por registar e agradecer as palavras da senhora Deputada Isménia Loureiro. Logo depois, respondeu ao senhor deputado Manuel Sousa dizendo que se

trata de um plano de intenções, é certo, mas isto é a realidade que temos. Também é verdade, continuou, que há projetos e obras para realizar, não se fala só de passadiços, temos, por exemplo, a sala polivalente municipal, obras com fundos comunitários, a piscina descoberta, que é um projeto, mas sem prioridade. Prioridade e estratégia têm que ter o saneamento e a água, aproveitando as oportunidades, frisou o Senhor Presidente, assim como o combate à precariedade, o investimento nas freguesias e as obras que se revelarem realmente necessárias, tendo para isso os projetos realizados. Já sobre as palavras do senhor deputado Ricardo Gonçalves, o Senhor Presidente afirmou ser normal ter uma estratégia e temos que continuar a trabalhar, esse é que é o plano. Mais disse que nunca prometeu quatrocentos postos de trabalho e que continua empenhando também na redução das dívidas do município, não se coibindo de recorrer a empréstimos se tal se revelar necessário. Aliás, isso está bem patente na capacidade de endividamento do município que está muito longe de estar esgotada, neste momento a dívida será de cerca de três milhões e setecentos mil euros, sensivelmente, para uma capacidade total de endividamento de doze milhões. Além deste aspeto temos que e continuamos a fazer amortizações de empréstimos e se temos oportunidades para certos investimentos, devemos aproveitar, sublinhou também. Sobre o parque industrial da Balança, a verdade é que temos muitos condicionalismos e só com a alteração do PDM se poderá fazer algo no futuro. Já sobre o número de funcionários, é fundamental combater a precariedade e os que são admitidos é porque são necessários, assim como o material adquirido, temos que criar uma dinâmica municipal que é importante para o concelho, frisou e concluiu o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Imediatamente a seguir, os Documentos Previsionais para dois mil e vinte e um foram colocados à votação e aprovados por maioria com nove abstenções, cinco do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido" e quatro do Partido Socialista.-----

----- Por último, o décimo segundo ponto da ordem de trabalhos, Voto de Louvor – Empresa das Águas do Fastio foi introduzido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e lido na íntegra pelo segundo secretário da Mesa, Nuno Roupar. -----

----- Sobre este ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu ainda a palavra para sublinhar a referência que é no concelho e no país esta água que nasce na freguesia de Chamoim. O seu valor, que já é conhecido há muito tempo e que atraiu no início do século passado cientistas e laboratórios da área que lhe atribuíram uma classificação de excelência, fez com que os especialistas recomendassem, inicialmente, a exploração e venda desta água nas farmácias. Assim, continuou o Senhor Presidente, pela presença em Terras de Bouro e pela aposta da empresa Águas do Areeiro, entidade responsável pela exploração e comercialização, é de extrema importância a mais-valia que as Águas do Fastio representam para o desenvolvimento local, sendo da mais elementar justiça louvar o seu centenário e

reconhecer através deste voto a sua dimensão e qualidade, concluiu o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Colocado seguidamente à votação, o Voto de Louvor e Reconhecimento à Empresa das Águas do Fastio pelo seu Centenário, foi aprovado por unanimidade. -----

---- Sendo zero horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, desejou a todos um Feliz Natal e um Bom Ano Novo e deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



